

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Freio na conta de luz](#) 3

Folha de S. Paulo

[Título: Presidente vai enviar projeto de lei para privatizar Eletrobras](#) 6

O Estado de S. Paulo

[Título: Governo vai enviar projeto de lei para vender Eletrobrás](#) 11

[Título: Ivete na campanha para poupar energia](#) 12

Correio Braziliense

[Título: Eletrobras sem MP](#) 15

Valor Econômico

[Título: Acionistas terão no máximo 10% do capital da Eletrobras](#) 15

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Freio na conta de luz.....	3
Título: Justiça dos EUA suspende ação contra a Petrobras	5
Título: Focos de resistência	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Presidente vai enviar projeto de lei para privatizar Eletrobras	6
Título: ENVASE AUTOMÁTICO.....	7
Título: Alíquota para minério de ferro deve ficar menor.....	8
Título: Justiça suspende julgamento de ação contra Petrobras nos EUA	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Governo vai enviar projeto de lei para vender Eletrobrás	11
Título: Ivete na campanha para poupar energia.....	12
Título: PRONTO, FALEI!	12
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	13
Título: Gasolina acima de R\$ 4 de novo	13
Título: Eletrobras sem MP.....	15
VEÍCULO: Valor Econômico	15
Título: Acionistas terão no máximo 10% do capital da Eletrobras	15
Título: Planejamento cria regra para desinvestimento de estatais	17
Título: Sauditas ameaçam guerra com Líbano; petróleo sobe	19
Título: AES Tietê redesenha gestão e prepara ciclo de expansão.....	21
Título: Juiz manda refazer cálculos da dívida da Amazonas Energia	23
Título: Minério vai a US\$ 63,36 com alta de 5,81%	24
Título: Petrobras prevê volume menor que ANP na cessão onerosa	25
Título: Ibovespa volta aos 74 mil pontos com commodities.....	26

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura, Martha Beck, Geralda Doca e Leticia Fernandes****Título: Freio na conta de luz**

Parte dos recursos da privatização da Eletrobras será usada para evitar alta maior de tarifas em 2019

-Brasília e Rio- O presidente Michel Temer bateu o martelo e decidiu, ontem, que parte do dinheiro arrecadado com a privatização da Eletrobras será destinado a evitar uma alta maior nas contas de luz a partir de 2019. As receitas totais esperadas com a venda da empresa superam a cifra de R\$ 30 bilhões, dos quais um terço serviria para diminuir as tarifas de energia e os dois terços restantes se destinariam ao Tesouro e à própria estatal.

A decisão foi tomada em reunião entre Temer e os **ministros de Minas e Energia (fernando coelho filho)** e da Fazenda (Henrique Meirelles). Outra medida acertada foi que parte do montante a ser arrecadado com a privatização será usada em um programa de revitalização do Rio São Francisco. Com isso, o governo espera vencer resistências à medida, que é uma das saídas para engordar os cofres públicos a partir de 2018. No Orçamento de 2018, a previsão é que R\$ 12,2 bilhões da privatização sejam usados para ajudar a reduzir o déficit fiscal do país.

Temer decidiu, também, que a privatização será encaminhada ao Congresso por meio de um projeto de lei com regime de urgência e não mais por medida provisória (MP). Se a ideia inicial era que o dinheiro da privatização fosse usado para reduzir o rombo das contas públicas no ano que vem — previsto em R\$ 159 bilhões —, agora, ele será partilhado.

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, disse, em evento no Rio, que está otimista com a operação e minimizou preocupações com a proximidade da eleição: — As pessoas não deixam de fazer negócios porque é um ano eleitoral. E o que está se criando na Eletrobras é uma corporação que vai atrair, sem dúvida nenhuma, muito capital nacional e internacional.

O Ministério de Minas e Energia pediu à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que calcule o impacto da operação nas tarifas de energia. O dinheiro arrecadado, segundo integrantes da equipe econômica, será destinado a um fundo setorial, com o objetivo de amortecer os preços na conta de luz. Assim, em períodos de seca, quando são acionadas mais usinas termelétricas, os recursos seriam usados para compensar as elevações tarifárias. Os recursos do

fundo também seriam usados para fazer investimentos para aumento da oferta de energia.

OBRA EM TROCA DE APOIO POLÍTICO

No caso da Eletrobras, a empresa deve usar parte do dinheiro para quitar dívidas e fazer investimentos. A estatal vinha acumulando prejuízos, o que acabava com sua capacidade de tocar novos projetos. Também ficou acertado, na reunião, que a participação da União na Eletrobras será reduzida a algo em torno de 45%, disseram interlocutores do Planalto. Atualmente, a União, fundos ligados ao governo e o BNDES somam participação de cerca de 63% na estatal.

Antes de o dinheiro ser dividido, porém, cerca de R\$ 5 bilhões serão destinados aos primeiros 15 anos de um programa de revitalização do Rio São Francisco, que passa por uma das piores secas da história. Essa operação também tem objetivo político: tornar a privatização mais palatável no Legislativo. A revitalização inclui a recuperação da bacia e a operação de transporte da água aos estados beneficiados pela transposição.

A ideia de revitalização foi apresentada pelo ministro de Minas e Energia, como forma de ganhar apoio para a privatização, especialmente da bancada do Nordeste e dos estados por onde passa a bacia do rio. Hoje, Minas Gerais tem forte resistência à operação com a Eletro-bras devido a seus impactos sobre Furnas. Mas, se a recuperação da bacia do São Francisco estiver na equação, o cenário poderia ficar mais favorável.

Além disso, se uma parte do dinheiro for destinada à revitalização do São Francisco, os governadores dos estados que recebem a água (Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas) poderiam ser mais favoráveis à privatização. Hoje, a operação do rio é financiada com recursos da União, mas essa conta terá que passar para os estados nos próximos anos. Assim, se o dinheiro da privatização for usado no projeto, a conta ficará mais barata para os governos regionais.

O governo, ainda, vai manter poder de veto para ações estratégicas na empresa, por meio de uma ação de classe especial chamada de golden share. — A golden share é uma garantia necessária para manter coerência na defesa dos interesses do país nos setores estratégicos — disse Moreira Franco. Além disso, a União vai limitar a operação da empresa, para evitar que o controle da Eletrobras passe para as mãos de uma só pessoa. Por isso, os interessados não vão poder comprar mais de 10% das ações da companhia.

O governo deve enviar ao Congresso três projetos de lei para a privatização da Eletrobras: um deles trata do risco de falta de chuva, outro da modelagem da

empresa e o terceiro do novo marco legal do setor elétrico. Segundo um ministro da área política a par das discussões, o processo será demorado, porque há forte resistência de parlamentares que aproveitam as estruturas da estatal, especificamente as subsidiárias Eletronorte, Chesf e Furnas, para fazer nomeações políticas. — Haverá resistência com certeza. Mas vivemos numa democracia. Tudo terá que ser no momento certo — disse a fonte, acrescentando que os planos do governo em fechar todo o processo no primeiro semestre de 2018 por causa das eleições poderão ser prejudicados.

Depois de aprovar as propostas no Congresso, o Executivo terá que cumprir uma segunda etapa, considerada também complexa, que é a estruturação da operação no mercado. O BNDES e a própria Eletrobras vão participar do processo. O assunto precisa passar pelo Congresso, porque a lei que criou a Eletrobras proíbe que a União perca o controle da estatal. Apesar disso, a legislação do Plano Nacional de Desestatização (PND) autoriza a venda de empresas. Para evitar conflitos judiciais e dar segurança ao processo, o projeto vai deixar claro a possibilidade de privatizar a empresa.

Colaborou Ramona Ordonez

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Rennan Setti

Título: Justiça dos EUA suspende ação contra a Petrobras

Decisão vale até que a Suprema Corte avalie recurso da estatal

A ação coletiva contra a Petrobras nos EUA foi temporariamente suspensa na última sexta-feira, informou a companhia, até que a Suprema Corte do país avalie recurso apresentado pela estatal. A empresa quer que ela reconsidere decisão de julho de um tribunal de segunda instância, que acatou apenas parte dos seus pedidos e foi considerada uma derrota para a estatal. A ação coletiva foi movida por investidores que buscam reparação por perdas provocadas pelas irregularidades reveladas pela Operação Lava-Jato.

Na sexta-feira, três juízes da Corte Federal de Apelações do Segundo Circuito, em Nova York, atenderam a recurso da própria Petrobras. As partes que iniciaram a ação coletiva contra a empresa concordaram com a suspensão do processo.

Em julho, o mesmo tribunal havia acolhido apenas parcialmente o pleito da Petrobras, que questionava as regras que constituíram as "classes" — o universo de investidores que têm direito de fazer parte do processo. Os juízes

reafirmaram que poderiam ser contempladas pessoas que compraram ADRs (recibos de ação da Petrobras negociados na Bolsa de Nova York) entre o início de 2010 e julho de 2015 e exigiu que o juiz responsável pelo caso, Jed Rakoff, se certificasse de que detentores de dívidas da companhia (bonds) que participam do processo tenham adquirido os papéis no mercado americano.

A Petrobras havia feito críticas aos critérios que determinaram as "classes" do processo. Caso o pedido da Petrobras seja atendido, o total de pessoas que podem vir a se beneficiar de decisão desfavorável à companhia ou de algum acordo seria menor.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Focos de resistência

Poder em Jogo

A área econômica do governo preferia uma medida provisória, e não um projeto de lei, para propor ao Congresso a privatização da Eletrobras. E o relator já estava escolhido: o senador Romero Jucá. A intenção, a pouco mais de um mês do recesso legislativo, era acelerar a tramitação e atenuar pressões políticas, especialmente das bancadas do Nordeste e de Minas, que hoje têm forte influência em nomeações na Chesf, a maior geradora e distribuidora de energia do sistema Eletrobras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Presidente vai enviar projeto de lei para privatizar Eletrobras

Temer cede a Rodrigo Maia, que era contra edição de medida provisória com o tema

DE BRASÍLIA- O presidente Michel Temer decidiu nesta segunda-feira (6) que a proposta de privatização da Eletrobras será enviada ao Congresso via projeto de lei, como queria o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Em reunião no Planalto com os **ministros Fernando Coelho (Minas e Energia)** e Eliseu Padilha (Casa Civil), Temer acertou que o projeto de lei será encaminhado ainda nesta semana para o aval dos parlamentares e, segundo participantes do encontro, deve ser votado em regime de urgência.

Na reunião, o presidente também discutiu sobre recursos para abater em cargos setoriais, mas os montantes ainda não foram fechados. O governo estima que conseguirá cerca de R\$ 12 bilhões com a privatização da Eletrobras. Maia havia se reunido com o ministro Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo) na semana passada e acertado com ele que a proposta de privatização da estatal não seria feita via medida provisória, que tem vigência imediata, enquanto um projeto de lei precisa de aval do Congresso.

Essa proposta e as medidas de ajuste fiscal são o palco da disputa entre Temer e Maia para protagonizar a condução da agenda econômica do país até o ano que vem. O governo decidiu enviar via MP as propostas de adiamento do reajuste dos servidores, de aumento da contribuição previdenciária deles e de taxação de fundos de investimento exclusivo, o que irritou o presidente da Câmara. A privatização da Eletrobras via projeto de lei, portanto, foi uma espécie de gesto a Temer na direção de Maia. O presidente sabe que precisa da articulação do deputado para fazer avançar sua pauta legislativa.

REFORMA TRABALHISTA

Temer irá contrariar as centrais sindicais e não irá propor por meio de medida provisória alternativas de custeio para as entidades trabalhistas, que deixarão de receber o imposto sindical a partir da semana que vem. A proposta, que deve ser enviada até sexta (10) ao Congresso, não incluirá a regulamentação da contribuição assistencial, defendida como uma forma de amenizar o impacto no caixa sindical com a entrada em vigor da reforma trabalhista.

A ideia é que o peemedebista proponha a iniciativa posteriormente, em formato de um projeto de lei, tornando grandes as chances de ser barrada pela Câmara dos Deputados e, assim, deixando as entidades trabalhistas sem uma contrapartida para a extinção do imposto sindical. A decisão de retirar a contribuição assistencial da proposta de salvaguarda aos trabalhadores foi tomada após pressão de Maia, que é contra a medida.

Com o risco de a contrapartida ser derrotada, as centrais sindicais iniciaram movimento para tentar incluir na proposta pelo menos uma regra de transição para o fim do imposto sindical, (Gustavo Uribe,

MARINA DIAS ETALITA FERNANDES)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: ENVASE AUTOMÁTICO

Mercado Aberto

A modernização de plataformas de distribuição será o principal alvo dos investimentos da Copagaz em 2018, segundo o vice-presidente, Caio Turqueto. "Pelo menos três terminais deverão ser automatizados para trazer mais produtividade e reduzir gastos com mão de obra."

Um aporte de R\$ 100 milhões a R\$ 120 milhões será necessário, e a maior parte virá de recursos próprios.

O fornecimento doméstico representa cerca de 70% do faturamento da companhia. O restante vem de outros usos, como vendas a granel para empresas.

Essa fatia menor deverá crescer caso sejam feitas mudanças na regulação do setor, como a liberalização do uso do gás natural e a paridade de preço com o importado, afirma Turqueto.

"Com as alterações, poderíamos investir também na importação. Passaríamos a discutir a instalação de terminais marítimos, provavelmente de uso compartilhado [entre distribuidoras]."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: BRUNO BOGHOSSIAN DE BRASÍLIA

Título: Alíquota para minério de ferro deve ficar menor

Governo prevê taxa de exploração de 3%, e não 4%, como propôs comissão do Congresso

O presidente Michel Temer deu aval ao Congresso para mudar o percentual dos royalties pagos por empresas sobre a exploração de minério de ferro, de acordo com o novo marco regulatório do setor.

Sob o temor de que a mudança não avançasse no Congresso, o governo concordou com um pedido de líderes da base aliada para alterar uma das medidas provisórias em tramitação sobre o tema e diminuir de 4% para 3% a alíquota da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais).

A CFEM é a taxa paga pelas mineradoras pelo direito de explorar o solo.

O texto original da MP, de julho, estabeleceu uma alíquota flutuante para os royalties de 2°/o a 4%, com base no preço do minério de ferro no mercado internacional — quanto maior a cotação, maior seria a taxa.

A comissão do Congresso que analisou o assunto no fim do mês passado, entretanto, mudou a tabela da CFEM e aprovou a cobrança de um percentual fixo de 4%.

O texto foi enviado ao plenário da Câmara sob forte oposição das grandes mineradoras, que rejeitaram o aumento dessa alíquota. Antes da edição da medida provisória, as empresas pagavam 2% sobre a exploração do ferro.

Em reunião no domingo (5), o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e líderes da base aliada avisaram ao governo que a medida provisória corria risco de ser derrubada devido à resistência de deputados à cobrança de 4%.

Eles recomendaram que Temer cedesse e apoiasse a redução da alíquota. O presidente e seus ministros concordaram com a mudança, para evitar que o texto fique parado na Câmara e perca a validade. A MP deixará de ter efeito se não for aprovada até o dia 28.

O governo e os líderes sugeriram então uma alíquota de 3% sobre a exploração de minério de ferro, que deverá ser incluída no texto quando o relatório que já foi aprovado na comissão especial for a votação em plenário.

JUSTIÇA

Relator da MP, o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG) afirmou que considera justa a cobrança de 4% da CFEM sobre o ferro.

"Sempre votei a favor da modernização da economia brasileira, mas estudei esse caso com profundidade e sei que os royalties aqui são os menores em comparação com outros países produtores."

O deputado incluiu na MP a possibilidade de redução extraordinária da alíquota da CFEM do ferro de 4% para até 2% nas pequenas jazidas. A regulação, nesses casos, ficaria a cargo do presidente.

Ele estima que o aumento da alíquota de 2% para 4% geraria uma arrecadação extra de R\$ 1,5 bilhão para a União, Estados e municípios.

A alíquota de 3%, portanto, reduziria esse aumento de receita à metade.

O reajuste dos royalties é uma cobrança de Estados e municípios em que há exploração mineral. Do total arrecadado, 12% ficam com a União, 23%, com os Estados, e 65%, com os municípios.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Justiça suspende julgamento de ação contra Petrobras nos EUA

Investidores pedem ressarcimento de perdas causadas por corrupção
DO RIO

A Justiça dos EUA suspendeu novamente o julgamento da ação coletiva de investidores que pedem ressarcimento pelos prejuízos causados por corrupção na estatal.

Segundo a empresa, a Corte Federal de Apelações do Segundo Circuito acatou pedido para que o julgamento fosse adiado até que a Suprema Corte analise recurso da estatal contra decisão sobre certificação de investidores.

No dia 5 de julho, a Corte Federal de Apelações, em uma decisão de segunda instância, determinou que o juiz de primeira instância, Jed Rakoff, da corte distrital de Nova York, reavaliasse a classificação dos investidores.

A decisão respondeu a recurso da Petrobras para a definição de quais classes de investidores poderiam participar na ação coletiva, que também chegou a suspender a tramitação da ação na época.

A ação abrange duas classes de investidores: os que negociaram títulos da dívida e os que negociaram ações da estatal. A Petrobras obteve vitória parcial no recurso, com a exclusão de detentores de títulos comprados em 2012. Os reclamantes pedem ressarcimento pela perda de valor dos papéis após a descoberta de um esquema de corrupção envolvendo diretores da empresa e empreiteiras, que derrubou o valor de mercado da companhia.

A Petrobras tem fechado acordos com investidores institucionais para que abram mão das ações. Em seu balanço no segundo trimestre, a empresa provisionou US\$ 445 milhões para perdas com esse tipo de processo.

A estatal também anunciou que antecipou o pagamento de US\$ 1,28 bilhão em dívidas que venceriam entre 2018 e 2020. Além disso, renegociou o pagamento

de outro US\$ 1,6 bilhão, estendendo os prazos de pagamento para 2022 e 2023, e tomou outros US\$ 300 milhões emprestados. (NICOLA PAMPLONA)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Carla Araújo Felipe Frazão Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Governo vai enviar projeto de lei para vender Eletrobrás

Presidente quer que tramitação de textos comece em caráter de urgência urgentíssima, em prazo de 45 dias

O governo vai enviar ao Congresso Nacional dois projetos de lei para permitir a privatização da Eletrobrás. O presidente Michel Temer quer remeter os textos hoje para começar a tramitação em caráter de urgência urgentíssima, o que exige apoio de líderes que representem, pelo menos, 257 parlamentares. Nesse caso, o projeto tramita em 45 dias e tem 15 dias pra ser sancionado pela Presidência da República. A perda desse prazo de 60 dias, segundo fontes envolvidas na negociação, "não é desprezível" no processo de privatização, mas os parlamentares resistiam em aceitar mais propostas enviadas por meio de medida provisória (MP).

Os dois projetos de lei elaborados pelas equipes da área econômica e do **Ministério de Minas e Energia** foram combinados pelo ministro da pasta, Fernando Bezerra Coelho, com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Medida provisória. A área econômica defendia a alternativa de uma medida provisória, que tem força de lei e vigência imediata a partir de sua publicação. Mas tanto Maia quanto o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), reclamaram da quantidade de MPs que chegam ao Congresso Nacional.

Também pesou na decisão a resistência das bancadas de Minas e dos Estados do Nordeste à privatização da Chesf e de Furnas. O texto prevê uma divisão de recursos arrecadados com os novos contratos da energia elétrica das usinas da Eletrobrás, chamado de bônus de outorga. O Tesouro Nacional deve receber uma parcela da quantia, estimada em, no mínimo, R\$ 12,2 bilhões pelo governo.

Um terço do benefício vai ficar com a Eletrobrás e outro terço será revertido às tarifas de energia elétrica, na forma de descontos ao consumidor. Bacia do São Francisco. O governo federal também vai exigir que parte dos ganhos com a privatização seja utilizada na revitalização da bacia do Rio São Francisco.

A empresa que vencer o leilão terá obrigação contratual de aplicar, nos primeiros dez anos, R\$ 350 milhões anuais na conservação de matas ciliares e nascentes e desassoreamento do rio. Depois, o valor cai para R\$ 250 milhões

por ano. A compensação ambiental terá impacto nas propostas e vai diminuir a arrecadação que a União poderia obter com o negócio. Caso não exigisse o plano de revitalização como contrapartida, a arrecadação seria maior.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Ivete na campanha para poupar energia

A cantora Ivete Sangalo será a estrela da campanha para estimular a população a evitar desperdícios de energia. Ao lado do marido, o nutricionista Daniel Cady, ela vai incentivar a adoção de medidas de redução de consumo de eletricidade pelas famílias. O casal tem um filho de sete anos e a cantora está grávida de gêmeas. As peças publicitárias serão veiculadas em cadeia nacional de rádio, TV e internet a partir de hoje, por um período de 15 dias. A campanha foi contratada pelas distribuidoras de energia e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Preocupação. O motivo da propaganda é a falta de chuvas e a situação crítica dos reservatórios das principais hidrelétricas do País. Embora o abastecimento esteja garantido, pois as usinas termelétricas poderão ser acionadas como medida emergencial, a energia vai ficar mais cara. Com o reajuste das bandeiras tarifárias já a partir deste mês, os clientes devem ficar atentos para adotar medidas que evitem sustos nas contas de luz. Produzida pela agência Artplan, a campanha será financiada com recursos das distribuidoras de energia.

O orçamento total da ação publicitária deve girar em torno de R\$ 20 milhões. Na campanha realizada em 2015 pela Aneel e pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), a atriz Taís Araújo foi a escolhida para apresentar o sistema de bandeiras tarifárias, que acabava de ser criado. A campanha foi solicitada pelo governo no Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), órgão presidido pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)**. / A.W.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: ANDREZA MATAIS

Título: PRONTO, FALEI!

Coluna do Estadão

José Carlos Aleluia - Deputado federal DEM-BA

“Há muita desconfiança no mercado sobre o modelo de privatização da Eletrobras. O Congresso precisa saber da modelagem precisa que o governo quer.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Aline do Valle- Especial para o correio/Anna Russi

Título: Gasolina acima de R\$ 4 de novo

Nos últimos meses, a instabilidade nos preços do combustível vem cansando os consumidores. O gasto extra, a cada aumento, já se tornou algo esperado, e as pessoas têm buscado diversos subterfúgios para não encarar a conta mais alta. Mas não têm como escapar.

Os preços do litro da gasolina no Plano Piloto variam agora de R\$ 3,99 a R\$ 4,29. E vão ficar piores: a Petrobras anunciou reajustes para hoje. A gasolina subiu 1,9% e o diesel, 2,3%, a partir de hoje nas refinarias. Segundo a empresa, o reajuste foi causado principalmente pelo aumento das cotações do petróleo no mercado exterior.

Gilson Pereira Ruela, 57 anos, é servidor público e contou que não enche mais completamente o tanque do carro a cada visita ao posto. “Vou colocando R\$ 50, R\$ 60 ou R\$ 70. O que dá só para não ficar sem gasolina no meio da rua. Os aumentos ficam mais incômodos diante da situação do país. Eu, como servidor, não recebo reajuste há muito tempo”, criticou.

A professora Luiza Simões Pacheco, 24 anos, abasteceu ontem com álcool e economizou R\$ 1 por litro. “Está acima dos 70% da gasolina, que dariam a mesma quilometragem. Mas eu prefiro assim, nem que tenha de rodar menos. No final do mês, um real a menos faz diferença”, ponderou.

Um posto da Asa Norte oferece como opção de pagamento o parcelamento em até seis vezes sem juros. O empresário Ronnie Moura, 30 anos, está entre os adeptos do financiamento. “Faço em quatro vezes”, contou.

Para especialistas em finanças pessoais, não se deve dividir gastos frequentes. Por esse princípio, financia-se o valor do carro, mas não o do combustível. O motorista de Uber Ronald Vasconcelos, 42 anos, pensa assim. “Abasteço duas vezes por semana. Se eu dividisse, no quarto mês já estaria muito endividado”, considerou.

Luiz Egídio, advogado de direito do consumidor, explicou que é importante ter

cuidado com o sobrepreço. “O consumidor deve pesquisar. Se houver uma diferença absurda, é importante denunciar ao Procon”, orientou. Para ele, uma variação de mais de R\$ 0,30 sugere sobrepreço: postos podem estar tirando vantagem.

Segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis/DF), Daniel Costa, a gasolina brasileira é cara pela alta carga tributária de 50%.

** Estagiária sob supervisão de Paulo Silva Pinto*

- Confira

Preços da gasolina voltam a subir na maioria dos postos (em reais)

Posto	13/9	16/10	6/11
Petrobras – Próximo à Torre de TV	4,13	3,97	4,09
Petrobras – Eixo W 103 Sul	4,12	3,91	4,16
Petrobras – Eixo W 105 Sul	4,12	3,91	3,99
Petrobras – Eixo w 106 Sul	4,12	3,91	4,24
Petrobras – Eixo W 113 Sul	4,05	3,97	4,22
Shell – Eixo W 115 Sul	4,05	3,91	3,99
Petrobras – Eixo L 214 Sul	4,12	3,91	3,99
Petrobras – Eixo L 212 Sul	4,12	3,91	3,99
JarJour – Eixo L 210 Sul	4,12	3,90	3,99
PB – Eixo L 206 Sul	4,12	3,90	4,04
Ipiranga – Eixo L 204 Sul	4,12	3,91	4,09
Petrobras – Eixo L 202 Sul	4,12	3,97	4,22
Petrobras – Eixo L 203 Norte	4,11	4,03	4,16
Ipiranga – Eixo L 204 Norte	4,19	4,10	4,19
JarJour – Eixo L 206 Norte	4,12	3,90	3,99
Petrobras – Eixo L 208 Norte	4,13	3,94	3,99
Ipiranga – Eixo L 210 Norte	4,11	3,98	4,18
Shell – Eixo L 212 Norte	4,11	3,98	3,99
Petrobras – Eixo L 214 Norte	4,13	3,98	4,15
Ipiranga – Eixo W 115 Norte	4,21	3,10	3,99
Petrobras – Eixo W 113 Norte	4,11	3,90	4,05
Ipiranga – Eixo W 112 Norte	4,11	4,03	3,95
Shell – Eixo W 109 Norte	4,12	3,99	3,99
Petrobras – Eixo W 107 Norte	4,11	3,93	4,04
Petrobras – Eixo W 105 Norte	4,13	3,96	4,15
Petrobras – Eixo W 103 Norte	4,13	3,10	3,99

Petrobras – SIG Quadra 3 4,12 3,90 4,29
Shell – SIG Quadra 3 4,09 3,89 3,99

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rodolfo Costa

Título: Eletrobras sem MP

Em reunião ontem no Palácio do Planalto entre o presidente da República, Michel Temer, ministros e o presidente da estatal, Wilson Ferreira, o governo discutiu os últimos acertos do processo de venda da Eletrobras, que será feito mediante o envio de dois projetos de lei ao Congresso Nacional. O governo desistiu de mandar uma medida provisória, algo que desagradaria aos parlamentares. Um dos textos discutirá a autorização dos leilões das distribuidoras, e o outro, a modelagem. O Palácio do Planalto pretende encaminhá-los ainda esta semana à Câmara dos Deputados.

O governo manterá poder de veto em assuntos estratégicos na Eletrobras. O mecanismo, conhecido como “golden share”, é defendido pelo **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, e estará presente no projeto de lei da modelagem.

Outra definição é de que o governo não venderá diretamente as ações na estatal. A ideia é diluir a participação do governo por meio da emissão de novos papéis pela companhia. Assim, a União espera que a arrecadação com a venda suba dos R\$ 7,5 bilhões anteriormente previstos para algo próximo de R\$ 12,2 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Claudia Safatle e Fábio Pupo | De Brasília

Título: Acionistas terão no máximo 10% do capital da Eletrobras

O governo enviará ao Congresso três projetos de lei com pedido de urgência para privatizar a Eletrobras e as distribuidoras do grupo e definir o novo modelo de regulação do setor elétrico. O primeiro projeto a ser submetido ao Legislativo tratará da venda das distribuidoras das regiões Norte e Nordeste.

O projeto que define o formato da privatização do grupo Eletrobras foi discutido ontem com o presidente Michel Temer e vários aspectos da proposta já estão decididos. Na emissão de ações da empresa, cada investidor poderá ter no máximo 10% das ações ordinárias, para que o controle seja de fato pulverizado.

A União, que perde o controle da companhia estatal, vai manter uma "golden share" que lhe dará poder de veto em questões estratégicas. Uma das preocupações do governo em manter essa ação especial é impedir a venda de subsidiárias da companhia, o que poderia prejudicar algumas regiões do país.

Os novos controladores da Eletrobras terão que se comprometer com um programa de revitalização do rio São Francisco, que demandará investimentos de R\$ 350 milhões anuais pelo prazo de 30 anos.

Nesse mesmo projeto constará a "descotização" de 14 hidrelétricas que tiveram as concessões prorrogadas em 2012, conforme a Medida Provisória 579, editada pelo então governo Dilma Rousseff. Isso significa que os contratos de concessão dessas usinas serão zerados, renovados por mais 30 anos e as empresas poderão praticar tarifas de mercado.

As mudanças vão valorizar as hidrelétricas e a expectativa do governo é que as receitas com as outorgas cheguem à casa dos R\$ 36,6 bilhões, cifra bem superior às estimativas originais, em torno de R\$ 22 bilhões. Na proposta para o Orçamento da União de 2018, o governo já contou com a sua parte, de R\$ 12,2 bilhões.

O projeto prevê o rateio das receitas de outorga em três partes: um terço para a União, um terço para capitalizar a Eletrobras e o restante para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um fundo setorial que arca com os subsídios na conta de luz.

O Ministério de Minas e Energia, que concebeu o modelo aprovado pelo Planalto, espera uma adesão voluntária da assembleia de acionistas da Eletrobras a esse conjunto de decisões. O novo marco regulatório do setor elétrico, cuja proposta foi colocada em consulta pública pelo ministério, constará de um terceiro projeto de lei, também com pedido de urgência.

O presidente Temer pediu pressa à equipe econômica na finalização dos textos, para que comecem a ser encaminhados até quinta-feira à Câmara dos Deputados. A área econômica trabalha com o fim de fevereiro como prazo-limite para que a proposta de privatização seja aprovada pelos parlamentares, de modo a permitir que a operação seja feita ainda em 2018. A ideia original da equipe econômica era fazer o processo por meio de medida provisória, mas foi derrotada pela tese da área política, que considerou mais complicado tratar do tema dessa maneira no ambiente político atual e com as resistências expressas do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Temer também não quer se indispor com os deputados após a suspensão de duas denúncias em seu desfavor e no período pré-eleitoral. Por sua vez, Maia se

comprometeu a acelerar o andamento do projeto na Câmara - ele deve ser enviado pelo regime de urgência.

De acordo com uma fonte da área econômica, não há problema na medida ser enviada por projeto de lei, desde que não se demore demais para aprovar. "Se passar de fevereiro, azeda de vez", comentou a fonte, que, considera que o ideal é que tudo esteja bem encaminhado ainda este ano, em termos legislativos. Isso porque, explicou, a burocracia que envolve a privatização leva ao menos dez meses. A vantagem da medida provisória é que a lei estaria em vigor e permitiria que alguns passos burocráticos já fossem dados.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, vê como possível a privatização antes de julho do ano que vem. "O governo vai diminuir participação na Eletrobras para menos de 40%. Terá oferta de ações na BMF&Bovespa em 2018, se possível no 1º semestre", disse ele por meio da conta da pasta no Twitter. Em outubro haverá eleições presidenciais.

A decisão do envio via projeto de lei foi tomada por Temer em reunião com a presença de cinco ministros e do presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira. O executivo afirmou ontem que as distribuidoras do grupo a serem vendidas passarão para as mãos privadas até fevereiro.

Temer quer acelerar a matéria: pediu ao ministro de Minas e Energia, Fernando Filho, que cancelasse viagens a São Paulo e ao Rio de Janeiro para se dedicar ao assunto. **(Colaboraram Fabio Graner, Andrea Jubé, Rafael Bitencourt e Bruno Peres, de Brasília, e Rodrigo Polito, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: Planejamento cria regra para desinvestimento de estatais

O governo criou uma série de procedimentos que orientam como estatais de economia mista devem conduzir o processo de desinvestimentos programado para os próximos anos. As normas têm como objetivo dar segurança jurídica às operações e devem ser seguidas por empresas como Petrobras e Eletrobras.

O secretário de Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Antonio Ribeiro Soares, diz que o procedimento foi criado após um entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) na análise de desinvestimentos da Petrobras, em que foram sugeridas normas para regular as operações de estatais. A oferta de ações (IPO, na sigla em inglês) da BR, diz ele, já deve seguir esse modelo.

Publicado em decreto na última semana, o conjunto de regras estabelece sete etapas a serem cumpridas pelas estatais de economia mista: preparação das normas, consulta de interesse, apresentação de propostas preliminares, apresentação de propostas firmes, negociação e assinatura dos contratos. Além disso, o texto prevê duas comissões - de avaliação e alienação - para acompanhar o processo em cada estatal.

O texto do decreto enumera como objetivos das normas a adoção de métodos de governança corporativa, geração de transparência e segurança jurídica, permitir a fiscalização e gerar o maior retorno econômico à empresa. Também prevê a criação, em cada estatal, de uma comissão de avaliação e uma comissão de alienação - uma independente da outra.

De acordo com Soares, o governo está, com a medida, normatizando operações não apenas de venda - mas também de extinção e de parcerias com empresas privadas. Exemplo de uma operação que não envolva a venda de um ativo é o da companhia Downstream, subsidiária da Petrobras, que deve ser incorporada hoje pelo grupo em assembleia de acionistas.

A petroleira tem outros quatro ativos alvo de operações de desinvestimento por parte do governo. A Nova Transportadora Nordeste (NTS), subsidiária da Petrobras, deve ser incorporada pelo grupo ainda neste mês. A BR Distribuidora tem IPO previsto para dezembro. Além disso, as vendas da Citepe e da petroquímica de Suape estão em processo.

No caso da Eletrobras, o governo quer vender ao menos seis distribuidoras da empresa nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, estão em análise operações com 178 sociedades de propósito específico (SPE) do grupo. Outros 47 ativos, de geração e transmissão, também devem ser alvo de um rearranjo financeiro.

Na Caixa Econômica Federal, está em andamento o processo de concessão da Lotex. O processo é liderado pelo Ministério da Fazenda, que inclusive tem feito apresentações do ativo a investidores ao redor do mundo.

Na avaliação de Soares, o decreto busca que melhores resultados para as estatais sejam buscados em cada operação, mudando procedimentos que eram adotados no passado - como no caso da Petrobras que, diz, avançou "demais" em várias áreas de mercado. Hoje, a estatal precisa ser desalavancada e avalia a saída de negócios não prioritários como o petroquímico.

Apesar de ser de adoção facultativa, o secretário diz que o conjunto de regras deve ser adotado por Petrobras e Eletrobras. No caso da petroleira, o próprio TCU já analisou a venda de ativos da estatal neste ano e acabou sugerindo o

arcabouço de normas criados para reger as operações de sociedades de economia mista.

Soares contesta a visão de que o governo está privatizando empresas apenas para melhorar indicadores fiscais. "Quando se fala que estamos aqui pensando em apenas gerar resultado fiscal, acho uma fala completamente limitante do nosso trabalho. Porque o que fazemos não é meramente privatizar para gerar fiscal, até porque não entra no resultado primário", disse. De fato, operações de privatização de estatais não geram resultado primário.

Para o secretário, a visão do governo não é apenas de "privatizar por privatizar". Para ele, as operações planejadas pelo governo servem também para racionalizar a estrutura das estatais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Agências internacionais

Título: Sauditas ameaçam guerra com Líbano; petróleo sobe

A Arábia Saudita insinuou ontem que pode entrar em guerra com o Líbano, numa expansão do confronto regional com o Irã. A ameaça coincidiu com a continuação dos expurgos no país, que começaram no sábado, com a prisão de dezenas de autoridades e membros da família real. A instabilidade no país e o risco de escalada militar no Oriente Médio fizeram o petróleo subir ontem para a maior cotação em mais de dois anos.

O barril de petróleo tipo WTI subiu 2,5% na Bolsa Mercantil de Nova York, para US\$ 57,02. Já o tipo Brent subiu 2,72%, para US\$ 63,76, no ICE Futures Europe. Essas são as maiores cotações desde julho de 2015. O petróleo já vinha subindo nos últimos meses, mas a turbulência na Arábia Saudita elevou o temor com o abastecimento. O país é o maior exportador global.

A onda de prisões continua. O governo diz se tratar de uma campanha anticorrupção, que está só na sua fase inicial. Ontem teria sido detido Nasser bin Aqeel al-Tayyar, um dos maiores empresários sauditas. Na noite de sábado, o investidor bilionário Alwaleed bin Talal foi detido, junto com ao menos 11 membros da família real, 4 ministros e outras autoridades.

Segundo analistas, a campanha faz parte de uma série de medidas tomadas pelo príncipe-herdeiro Mohammed bin Salman (conhecido pelas iniciais MbS) para se fortalecer internamente e ampliar a influência externa saudita.

O príncipe, de 32 anos, é filho do rei Salman, de 81 anos, e é quem governa de fato o país. Os expurgos, o poder acumulado por MbS e as reformas propostas por ele constituem a mudança mais dramática em 80 anos num regime que sempre prezou a estabilidade.

Desde que o rei Salman assumiu, em 2015, o príncipe iniciou uma intervenção militar no Iêmen, ampliou o confronto com o arqui-rival Irã e propôs reformas econômicas e sociais para reduzir a dependência do país do petróleo.

Um ministro saudita disse ontem que o Líbano declarou guerra à Arábia Saudita pelo que descreveu como agressão da milícia xiita libanesa Hizbollah (apoiada pelo Irã) contra o país. Não está claro se o ministro Thamer al-Sabhan se referiu a algum incidente em especial. Ele também não detalhou que medidas o país pretende tomar.

Os EUA apoiaram as medidas sauditas. O presidente Donald Trump tuitou que o rei e o príncipe MbS "sabem exatamente o que estão fazendo". O Pentágono disse que os dois países "estão trabalhando juntos para combater extremistas e neutralizar a influência desestabilizadora do Irã".

Aliados e rivais estão surpresos com a guinada assertiva e mesmo impulsiva da Arábia Saudita.

"O país está numa encruzilhada: sua economia está estagnada com o preço baixo do petróleo; a guerra no Iêmen é um pântano; o bloqueio ao Catar é um fracasso; a influência do Irã é crescente no Líbano, na Síria e no Iraque; e a sucessão ao trono está indefinida", escreveu Bruce Riedel, ex-analista da CIA, a agência de inteligência dos EUA. "Este é possivelmente o período mais volátil da história saudita em mais de meio século."

A bolsa saudita abriu em queda de 1,5% ontem, mas se recuperou e fechou estável. Gestores atribuíram a melhora às compras feitas por fundos ligados ao governo.

As prisões, que atingiram diversas personalidades do mundo empresarial, como o megainvestidor Alwaleed bin Talal, alarmaram a comunidade de negócios.

"Foram [presos] principalmente príncipes ligados o sistema anterior, que ganharam muito dinheiro nos negócios. Esse é o denominador comum", disse Steffen Hertog, da London School of Economics. "Foi bem sistemático."

As acusações incluem lavagem de dinheiro, corrupção, extorsão e peculato, segundo fontes. Não houve confirmação independente dessas acusações, e os familiares dos detidos não se pronunciaram.

Entre os detidos está o príncipe Miteb bin Abdullah, que foi substituído como ministro da Guarda Nacional. Isso consolidou o controle do príncipe MbS sobre todas as instituições militares e de segurança interna do país, algo inédito.

A consultoria Eurasia Group disse que a campanha anticorrupção, "claramente politizada", é mais um passo para separar a família Al Saud do Estado saudita. "Membros da família real perderam a sua imunidade, que sempre havia sido uma garantia."

Mas muitos analistas estão perplexos com a prisão de tecnocratas, como o ex-ministro da Economia Adel Faqieh, e de importantes executivos e empresários, num momento em que o país busca atrair investimentos estrangeiros para setores não petrolíferos.

MbS se tornou o líder de fato do país, tomando as decisões em questões militares, econômicas e de política externa, defendendo o corte de subsídios estatais, a venda de ativos públicos e uma guinada por mais eficiência no governo. Ele avançou também em medidas de liberalização social, como a permissão para que mulheres possam dirigir automóveis. As reformas foram bem recebidas por boa parte da juventude saudita, mas enfrentam resistência da velha guarda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: AES Tietê redesenha gestão e prepara ciclo de expansão

Com uma nova equipe financeira e um recém inaugurado Centro de Operações de Geração de Energia (COGE), em Bauru, interior de São Paulo, a AES Tietê está se preparando para crescer, via aquisições ou projetos novos de geração, mantendo o endividamento controlado e o pagamento de dividendos aos acionistas.

Em setembro, a americana AES separou as equipes financeiras da Eletropaulo e da AES Tietê, apontando Clarissa Sadock como nova vice-presidente financeira e diretora de relações com investidores da companhia de geração de energia. Esse movimento da americana AES tinha sido apontado no passado, quando foi feita a reestruturação da holding AES Brasil, liberando a AES Tietê para ser o braço de crescimento da companhia no Brasil.

A falta de leilões de energia nova não foi um impeditivo para que a companhia crescesse desde então. A AES Tietê adquiriu, apenas neste ano, três projetos de geração, somando 611,1 megawatts (MW). A expansão teve efeitos no

endividamento medido pela relação entre dívida líquida e Ebitda, que subiu de 0,9 vez para 2,7 vez ao fim de setembro.

"O desafio da AES Tietê agora é ser pagadora de dividendos e ter crescimento", disse Ítalo Freitas, presidente da companhia. Segundo ele, a inauguração do COGE, que consegue monitorar de forma remota o funcionamento de todas as usinas do grupo, é essencial no foco de redução de custos operacionais, ao mesmo tempo em que é necessário que a empresa tenha uma boa gestão financeira.

Quando a construção do COGE foi aprovada, em 2016, a previsão era de retorno do investimento de R\$ 21 milhões em dois anos, contando apenas com o monitoramento das atividades hídricas da companhia. "Alto Sertão II, por exemplo, não estava na conta. O 'payback' será inferior a isso", disse Clarissa, se referindo ao complexo eólico de 386,1 MW adquirido da Renova no começo do ano.

Na parte financeira, as atenções estão voltadas para o endividamento, que ainda pode crescer antes de romper as cláusulas restritivas dos contratos de dívida (covenants) da companhia, que indicam uma alavancagem máxima de 3,85 vezes.

"Para os próximos crescimentos, de fato, vamos avaliar projeto a projeto e qual será nossa capacidade de continuar crescendo somente com dívida", disse Clarissa. Segundo ela, a companhia vai verificar se poderá fazer tudo com recursos internos ou se vai precisar avaliar uma estrutura diferente.

Empresa vai investir no Complexo Solar Bauru, com operação em 2018, e comprou o contrato do Complexo Solar Boa Hora

Conforme os novos projetos forem começando a gerar caixa, a companhia ganha espaço para se alavancar novamente. Enquanto Alto Sertão II já gerou Ebitda no terceiro trimestre, a expectativa é que os dois complexos solares em construção fiquem prontos já em 2018. "A capacidade de alavancagem voltará a crescer uma vez que eu comece a gerar caixa", disse a executiva, lembrando que o prazo de construção de projetos solares é muito rápido.

A companhia anunciou um acordo de investimentos para o Complexo Solar Bauru, com capacidade projetada de 180 megawatts-pico (MWp) e início de operação em maio de 2018, e comprou também o contrato do Complexo Solar Boa Hora, que terá 91 MWp e cuja entrada em operação está prevista para novembro de 2018.

O complexo de Bauru já está em construção, enquanto o Boa Hora acaba de receber da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a autorização para ser

transferido de Pernambuco - localização original do projeto quando licitado - para o interior de São Paulo, na região onde a AES Tietê já opera a hidrelétrica Água Vermelha, na divisa entre Minas Gerais e São Paulo. Essa mudança é fundamental para que a companhia possa finalmente cumprir a obrigação de expansão dentro de São Paulo.

Agora, o plano é vender os outros 90 MWp de energia solar de Água Vermelha no leilão A-4 que será realizado em dezembro. Segundo Clarissa, o investimento para isso será da ordem de R\$ 300 milhões, o que abre possibilidade de financiar com alavancagem ou outras maneiras.

"Uma vez que a gente venda o projeto no leilão, não precisamos começar a construção agora, podemos deixar para depois. Vamos avaliar se antecipar a construção tem valor financeiro, ou se não", explicou Clarissa. Se a companhia decidir antecipar as obras, poderá lucrar com a venda da energia no mercado livre, ou mesmo utilizar esses contratos como uma proteção adicional contra o risco hidrológico (medido pelo fator GFS, na sigla em inglês).

Para 2018, a AES Tietê tem um nível de contratação de 78% de sua garantia física, justamente como proteção ao GSF. Essa estratégia ajudou a mitigar os efeitos da exposição ao risco hidrológico ao longo deste ano. "É provável que a gente continue próximo disso ano que vem. Se a posição mudar de alguma maneira, vamos ter velocidade e agilidade para nos posicionarmos", disse Clarissa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Juiz manda refazer cálculos da dívida da Amazonas Energia

O desembargador federal Kassio Nunes Marques, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) determinou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) refaça os cálculos relativos à Conta de Consumo de Combustível (CCC) Fóssil da Amazonas Energia, que haviam indicado que a subsidiária da Eletrobras deveria ressarcir em R\$ 3 bilhões a CCC, a título de despesas com combustíveis para geração de energia no Estado. A decisão pode contribuir para o processo de privatização da distribuidora do Amazonas.

Na prática, o magistrado quer que a Aneel retire do cálculo os custos relativos à infraestrutura construída para transportar o gás natural no Amazonas, que não pode ser cobrado da Amazonas Energia, por se tratar de um investimento inserido em uma política energética governamental.

"Não é possível limitar o ressarcimento dos valores de combustíveis pagos à Embargante [Amazonas Energia], geradora de energia integrante do Sistema Isolado, à tabela de preços da Aneel, composta a partir de parâmetros que não consideram o custo da infraestrutura necessária à condução e entrega de combustível em localidades distantes", afirmou o desembargador na decisão, proferida no fim de outubro.

"O efetivo cumprimento dessa decisão por parte da Aneel vai ser determinante para resolver um impasse que se arrasta há anos em torno do gasoduto Urucu-Manaus. Um agente setorial, no caso a Eletrobras Amazonas Energia, uma distribuidora, não pode suportar isoladamente o ônus decorrente de uma política governamental para o desenvolvimento do gás na região amazônica", afirmou o advogado Gustavo de Marchi, do Décio Freire & Associados, que representa a Amazonas Energia no caso.

Ainda não há previsão de quando a Aneel concluirá a nova conta e qual será o novo valor a ser ressarcido pela Eletrobras ou até a ser pago à estatal. A estatal diz ter a receber R\$ 2 bilhões da CCC. Procurada, a Aneel informou que sua área técnica ainda não foi formalmente notificada da decisão.

Em março, a dívida da Eletrobras com Petrobras era de R\$ 16,7 bilhões. Desse montante, R\$ 10,1 bilhões já foram objeto de dois contratos de repactuação. Os R\$ 6,6 bilhões restantes estão em negociação. Do valor em aberto, a Eletrobras diz contar com recursos da CCC de cerca de R\$ 3,5 bilhões. Definir o saldo da conta da CCC e a negociação da dívida com a Petrobras são essenciais para a privatização da Amazonas Energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Minério vai a US\$ 63,36 com alta de 5,81%

O minério de ferro voltou a superar os US\$ 60 por tonelada ontem, após pouco mais de uma semana abaixo deste patamar. No quarto dia consecutivo de valorização, a commodity com teor de 62% de ferro avançou 5,81%, para US\$ 63,36 a tonelada, no porto chinês de Qingdao, segundo a "Metal Bulletin".

Com a alta de ontem, o minério passa acumular alta de 8,27% em novembro, após fechar outubro com desvalorização de 5,7%. A commodity não superava US\$ 60 desde 27 de outubro.

Segundo a publicação, a forte valorização foi impulsionada pela alta dos contratos futuros do minério e pelo aumento nas negociações nos portos.

Na bolsa de futuros de Dalian, os contratos para janeiro do minério de ferro subiram 6,1%, para 468 yuans por tonelada. Em Xangai, os contratos futuros para o vergalhão de aço fecharam em alta de 2%.

Os preços do petróleo também subiram ontem e renovaram as máximas em dois anos em meio às tensões crescentes do Oriente Médio, após um escândalo de corrupção na Arábia Saudita e uma ataque de míssil por rebeldes iemenitas. Os futuros do WTI avançaram 3,1%, para US\$ 57,35 por barril na New York Mercantile Exchange. Já o Brent, referência global, subiu 3,3%, para US\$ 64,11, em Londres. Para alguns analistas, US\$ 70 já pode ser um novo nível a ser testado pelo petróleo tipo Brent. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio.

Título: Petrobras prevê volume menor que ANP na cessão onerosa

As estimativas da Petrobras com relação ao volume total recuperável de petróleo e gás natural na área de pré-sal incluída no contrato da cessão onerosa são inferiores às divulgadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) na última semana, que indicavam volume de reservas de 6,1 bilhões a 15 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), além dos 5 bilhões de boe já contratados pela estatal, em 2010.

Em comunicado divulgado ontem, a estatal informou que "baseando-se no grande volume de dados que adquiriu", por meio da perfuração de mais de 50 poços e por testes de produção de longa duração, durante os últimos sete anos, construiu suas próprias estimativas de volumes excedentes, "cujos limites estatísticos superior e inferior são menores que aqueles divulgados pela ANP".

A Petrobras pretende divulgar suas estimativas em cerca de 30 dias. A companhia confirmou haver volume excedente aos 5 bilhões de boe já adquiridos e reforçou ser credora no processo de revisão do contrato da cessão onerosa com o governo federal.

"A Petrobras considera que a existência de volumes excedentes nas áreas sob cessão onerosa constitui oportunidade para ambas as partes, governo e estatal, construírem um acordo relacionado ao ressarcimento à Petrobras no processo de revisão do contrato. Desta forma, visando embasar uma eventual negociação relacionada ao pagamento na forma de direitos sobre os volumes excedentes, a Petrobras está complementando sua avaliação acerca desses volumes, através de uma opinião da própria [certificadora] DeGolyer and MacNaughton, que

estará disponível em aproximadamente 30 dias", informou a estatal, no comunicado.

As estimativas da ANP e da Petrobras serão utilizadas no processo de negociação do contrato da cessão onerosa, em andamento entre a estatal e o governo.

De acordo com contrato firmado em 2010, pelo qual a Petrobras adquiriu o direito de produzir até 5 bilhões de boe, por US\$ 42 bilhões, estava prevista a renegociação dos valores, a partir da declaração de comercialidade da área. Como o preço do petróleo caiu, a estatal estima ter a receber parte do valor de volta. O governo quer colocar em leilão o excedente da cessão onerosa em 2018.

Em relatório sobre o assunto, o UBS disse que as estimativas divulgadas pela ANP proporcionam conforto ao governo, que, mesmo em cenário de pagamento à Petrobras, ainda terá volumes suficientes para leiloar no futuro.

"Com a nova avaliação da ANP divulgada na última sexta-feira, agora conhecemos que a estimativa inferior é 6,1 bilhões de boe e a estimativa superior é 15,1 bilhões de boe. No entanto, a estimativa média, que é indiscutivelmente a estimativa mais apropriada, é agora de 10,8 bilhões de boe, que achamos que poderia proporcionar o conforto necessário ao governo que, mesmo em um cenário em que eles precisassem pagar de volta à Petrobras, ainda haveria barris suficientes para serem leiloados depois", afirma o UBS, em relatório assinado pelos analistas Luiz Carvalho e Julia Ozenda.

O banco suíço, em seu caso base, considera que a Petrobras terá a receber de volta do governo cerca de US\$ 12 bilhões ou 2,1 bilhões de boe. Considerando seu caso base, o UBS estima que o governo teria cerca de 8,7 bilhões de boe de reservas para oferecer em leilão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Chrystiane Silva e Juliana Machado | De São Paulo

Título: Ibovespa volta aos 74 mil pontos com commodities

A alta das commodities no mercado internacional fez com que o Ibovespa retomasse o patamar dos 74 mil pontos. O índice encerrou o pregão com alta de 0,53% aos 74.311 pontos puxado pelas ações da Vale e da Petrobras. Mesmo com a valorização de ontem, do ponto de vista da análise gráfica, o Ibovespa pode estar perto de um terreno crítico. Se o índice perder o suporte dos 73.800 pontos, o próximo suporte será o dos 72.900 pontos e a partir daí pode

configurar uma tendência de baixa mais clara, segundo relatório da equipe de grafistas do Itaú BBA divulgada a clientes. Do lado da alta, a primeira resistência do Ibovespa se encontra nos 75.200 pontos. Acima deste patamar, o índice pode encontrar novo fôlego para retomar a tendência positiva rumo às próximas resistências de 76 mil, 77 mil e o teto de 78 mil pontos.

O Itaú BBA avalia que os resultados financeiros do terceiro trimestre têm oscilado entre positivo e neutro. Mesmo assim, o Ibovespa tem cedido a sucessivas realizações de lucros, reagindo ao recente impacto da desvalorização do real ante o dólar e ao noticiário político difuso, além de dados econômicos mais anêmicos em relação às expectativas mais recentes. Mesmo assim, o banco reforça que a expectativa positiva para o mercado de bolsa local segue inalterada, com o cenário base definido para o Ibovespa ainda considerando juros mais baixos, ganhos de melhora operacional das empresas e reformas fiscais. "Os investidores aguardam alguma novidade sobre a reforma da Previdência, que pode fazer o índice voltar para 77 mil pontos", diz Luis Gustavo Pereira, estrategista da Guide Investimentos.

Ontem, o preço do minério de ferro subiu 5,81% em Qingdao, na China, para US\$ 63,36 a tonelada. Aqui, as ações ordinárias da Vale tiveram alta de 2,39% e registraram o maior giro financeiro do Ibovespa, de R\$ 900 milhões. As demais ações das empresas de siderurgia também subiram, com destaque para Usiminas PNA, que teve alta de 6,23%.

A alta no preço do petróleo impulsionou para cima as ações da Petrobras. As ações preferenciais subiram 2,89% e os papéis ordinários ganharam 2,20%. Outra notícia positiva para a empresa foi a de que a Corte Federal dos Estados Unidos suspendeu o julgamento da "class action" até a apreciação de recurso da estatal. A Petrobras também promoveu uma série de renegociações de dívidas bancárias. A empresa pré-pagou US\$ 1,28 bilhão, refinanciou mais US\$ 1,6 bilhão e obteve um novo financiamento de US\$ 300 milhões.

As ações da Eletrobras subiram com a expectativa de privatização da companhia. Os papéis PNB ganharam 5,40% e as ações ordinárias subiram 5,28%. O governo pretende reduzir sua participação na empresa a uma fatia abaixo de 50% e talvez abaixo de 40% com a oferta de ações prevista para o primeiro semestre de 2018. Apesar da alta de ontem, as ações ordinárias da Eletrobras acumulam queda de 9,16% neste ano. Os papéis PNB da estatal caem 1,49% desde janeiro.

MME / ASCOM .